

O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE E AS COTAS RACIAIS: UMA ANÁLISE DO DISCURSO INSTITUCIONAL DA UFRJ

Aline Mendonça Santana¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Andréa Costa da Silva²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Márcia Bastos de Sá³

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

Como parte de uma pesquisa de doutorado buscamos neste artigo o entendimento de como foram os discursos institucionais na Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o tema das cotas raciais na época de sua implementação, para isso elaboramos uma análise das notícias na mídia institucional, onde observamos que os discursos eclodem por volta do início dos anos 2000, por ocasião da proposição da PL 73/99 e concomitantemente ao “caso Ari”, evento que evidenciou a necessidade e posteriormente inspirou as cotas raciais na UnB. Partindo do conceito de dispositivo, na perspectiva oferecida pelo filósofo Michel Foucault e potencializada na construção teórico-analítica oferecida por Sueli Carneiro, observamos que em meio a muitos debates, os discursos desse momento histórico podem ser separados em pró ou contra cotas. O posicionamento oficial da UFRJ, nos discursos presentes nas notícias do site analisado, seria contrário às cotas raciais em detrimento às cotas sociais, tal como ocorre em outras instituições e em posicionamentos de pesquisadores e estudiosos na época. Todo esse apanhado de discursos pode nos mostrar como a sociedade entende racismo, negritude e diversidade étnico-cultural em consonância com a noção de dispositivo da racialidade, conceito operatório que permitiu a articulação entre racialidade e cotas raciais, dimensões em que a discussão sobre as cotas emerge. Compreendendo a dinâmica das relações raciais no Brasil, por meio do dispositivo da racialidade, observamos aspectos na sociedade brasileira que evidenciam a negação e

¹ Mestre em Ensino de Ciências e matemática pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Endereço para correspondência: Ilha do Fundão - Bloco A, prédio do Centro de Ciências da Saúde (CCS-UFRJ), Av. Carlos Chagas Filho, 373 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-590. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3627-9907>. E-mail: alynedsr@gmail.com.

² Doutora em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora colaboradora do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Endereço para correspondência: Ilha do Fundão - Bloco A, prédio do Centro de Ciências da Saúde (CCS-UFRJ), Av. Carlos Chagas Filho, 373 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-590. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4130-1646>. E-mail: acostada@gmail.com.

³ Doutora em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Endereço para correspondência: Ilha do Fundão - Bloco A, prédio do Centro de Ciências da Saúde (CCS-UFRJ), Av. Carlos Chagas Filho, 373 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-590. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5604-8757>. E-mail: marciabastossa@gmail.com.

interdição de poderes, saberes e subjetividades sobre o tema.

Palavras-chave: cotas raciais; universidade, políticas afirmativas, discurso institucional, dispositivo da racialidade.

THE DISPOSITIF OF RACIALITY AND RACIAL QUOTAS: AN ANALYSIS OF THE INSTITUTIONAL DISCOURSE OF UFRJ

ABSTRACT

As part of a doctoral research, we sought in this article to understand how institutional discourses were at the Federal University of Rio de Janeiro on the topic of racial quotas at the time of their implementation. To this end, we prepared an analysis of news in the institutional media, where we observed that discourses broke out around the beginning of the 2000s, on the occasion of the proposal of PL 73/99 and concomitantly with the "Ari case", an event that highlighted the need and later inspired racial quotas at UnB. Starting from the concept of device, from the perspective offered by the philosopher Michel Foucault and enhanced in the theoretical-analytical construction offered by Sueli Carneiro, we observe that amidst many debates, the discourses of this historical moment can be separated into pro or anti quotas. The official position of UFRJ, in the speeches present in the news on the analyzed website, would be against racial quotas to the detriment of social quotas, as occurs in other institutions and in the positions of researchers and scholars at the time. All this collection of discourses can show us how society understands racism, blackness and ethnic-cultural diversity in line with the notion of the device of raciality, an operative concept that allowed the articulation between raciality and racial quotas, dimensions in which the discussion about quotas emerges. Understanding the dynamics of racial relations in Brazil, through the device of raciality, we observe aspects in Brazilian society that demonstrate the denial and prohibition of powers, knowledge and subjectivities on the subject.

Keywords: racial quotas; university; affirmative policies; institutional discourse; dispositif of raciality.

EL DISPOSITIVO DE RACIALIDAD Y LAS CUOTAS RACIALES: UN ANÁLISIS DEL DISCURSO INSTITUCIONAL DE LA UFRJ

RESUMEN

Como parte de una investigación doctoral, buscamos en este artículo comprender cómo eran los discursos institucionales en la Universidad Federal de Río de Janeiro sobre el tema de las cuotas raciales en el momento de su implementación. Para ello, elaboramos un análisis de las noticias en los medios institucionales, donde observamos que los discursos estallaron a principios de la década de 2000, con motivo de la propuesta del PL 73/99 y concomitantemente con el caso "Ari", evento que destacó la necesidad y luego inspiró cuotas raciales en la UnB. Partiendo del concepto de dispositivo, desde la perspectiva ofrecida por el filósofo Michel Foucault y potenciada en la construcción teórico-analítica ofrecida por Sueli Carneiro, observamos que en medio de muchos debates, los discursos de este momento histórico pueden separarse en pro o anti cuotas. La posición oficial de la UFRJ, en los discursos presentes en las noticias del sitio web analizado, sería contraria a las cuotas raciales en detrimento de las cuotas sociales, como ocurre en otras instituciones y en las posiciones de investigadores y académicos de la época. Todo este conjunto de discursos puede mostrarnos cómo la sociedad entiende el racismo, la negritud y la diversidad étnico-cultural en línea con la noción de dispositivo de racialidad, concepto operativo que permitió la articulación entre racialidad y cuotas raciales, dimensiones en las que surge la discusión sobre las cuotas. Al comprender la dinámica de las relaciones raciales en Brasil, a través del dispositivo de la racialidad, observamos aspectos de la sociedad brasileña que demuestran la negación y prohibición de poderes, conocimientos y subjetividades sobre el tema.

Palabras clave: racial quotas; university; políticas afirmativas; discurso institucional; dispositivo de la racialidad.

INTRODUÇÃO

Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado na qual se analisa as cotas raciais na UFRJ pelos discursos em notícias publicadas na mídia institucional. Tanto a tese quanto este artigo se localizam no campo da Educação em Saúde pensando as questões raciais na UFRJ no contexto das políticas públicas e educacionais através das cotas raciais.

Assim, o presente texto objetiva refletir sobre o dispositivo de racialidade, conceito proposto por Sueli Carneiro (2023) e o surgimento das cotas raciais no contexto universitário brasileiro. Utilizamos o emblemático “caso Ari” ocorrido na Universidade de Brasília (UnB), como elemento problematizador para uma análise dos elementos discursivos presentes nas notícias do site “Conexão UFRJ”⁴, desenvolvido pela Superintendência-Geral de Comunicação Social (SGCOM)⁵, mídia responsável pela divulgação à comunidade universitária sobre os eventos, notas oficiais, portarias e notícias.

Para começo de conversa, vale contextualizar que no ano de 2022 a Lei 12.711/2012, conhecida como “lei de cotas” para o ensino superior, completou 10 anos que foi sancionada, essa lei faz parte de um conjunto de políticas de ações afirmativas em instituições de ensino superior implementadas no Brasil desde o início dos anos 2000 (Brasil, 2012; Brasil, 1999). Nesse tempo, muito foi mudado no cenário das universidades brasileiras. Apesar de a lei ter sido aprovada somente em 2012, seu projeto de lei (PL 73/99) começou a ser discutido na Câmara dos Deputados em 24 de fevereiro de 1999. Esse projeto demorou mais de nove anos para ser enviado ao Senado Federal, em 25 de novembro de 2008. E como sabemos, só foi sancionado quase quatro anos depois.

Durante todo esse tempo em que foi discutido na Câmara e no Senado, o projeto era motivo de intensos debates também na sociedade civil, principalmente nas

⁴ <https://conexao.ufrj.br/>

⁵ A Superintendência-Geral de Comunicação Social (SGCOM) é órgão da estrutura superior da UFRJ, que atua como mecanismo comunicacional integrador da Universidade, com as suas unidades acadêmicas e a sociedade em geral. A principal atribuição é propor e executar as diretrizes de uma política global de Comunicação Social para a instituição, bem como coordenar os serviços ligados a essa área.

Universidades. Algumas Universidades já haviam aderido às cotas mesmo antes da lei ser implementada, como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A UnB foi a primeira Universidade Federal a adotar cotas raciais em seus processos seletivos de ingresso na graduação, e no dia 6 de junho de 2003 foi aprovado em seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial. Esse plano estabeleceu que 20% das vagas do vestibular seriam destinadas a candidatos negros, além de prever a disponibilização de vagas para indígenas de acordo com demanda específica. A medida entrou em vigência no ano de 2004 (Carvalho, 2005), mas antes da implementação na UnB, e mesmo após, houve muitos debates e discussões sobre a viabilidade e/ou legitimidade das cotas raciais, sendo, as mesmas duramente criticadas. Os argumentos utilizados para negar as cotas giravam em torno da meritocracia, da defesa de suposta excelência das instituições e principalmente de que somente as cotas sociais seriam necessárias. O discurso de que as cotas raciais seriam uma medida racista foi muito utilizado, inclusive alegando que elas fariam os negros serem entendidos como menos capazes.

Esses e outros discursos contrários às cotas serão abordados nesta pesquisa em que pensamos sobre políticas de ação afirmativa e defendemos as cotas raciais como importante ferramenta de combate ao racismo institucional e estrutural da sociedade brasileira, uma vez que permite que pessoas negras que somente há menos de 100 anos puderam ter o direito à educação, tenham o acesso ao ensino superior, e não somente acesso, mas políticas que permitam a essas pessoas se formarem e prosseguirem em seus estudos e assim começar a modificar posições de poder da sociedade brasileira.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o debate sobre a ampliação do acesso ao ensino superior ganhou força, mas a principal discussão foi sobre as cotas sociais. Somado ao seu excelente desempenho, a UFRJ sempre foi percebida como uma universidade tradicional e conservadora, com isso, o seu vestibular no início dos anos 2000 chamava atenção pelo alto número de candidatos por vaga. Essa grande procura trazia à instituição um viés elitizado e preocupava pela falta de diversidade. Assim, ao assumir o posto de reitor em 2002, Carlos Lessa iniciou o debate por cotas

sociais objetivando oferecer aos alunos de escolas públicas a oportunidade de cursar o ensino superior na UFRJ, uma universidade pública. Não era só a UFRJ que discutia esse assunto, muitas outras universidades federais buscavam implementar as cotas sociais em seus cursos, mas com as cotas raciais era diferente.

Os resultados obtidos em Santana e Silva (2022) e Santana e Silva (2023), em revisão da literatura sobre o tema, observamos a tendência de rejeição às cotas raciais nas universidades públicas (majoritariamente antes da implementação da lei de cotas), sendo em sua maioria os sujeitos das pesquisas analisadas, os estudantes. Ao refletir sobre essas questões e pensando na variedade de pontos de vista sobre um tema tão importante, surgiu a necessidade de compreender como as cotas foram entendidas e problematizadas na UFRJ, enquanto instituição, frente à necessidade e emergência de tal tema. Entendemos que tais discursos institucionais estejam presentes nas práticas que estarão em diversos setores da Universidade; assim mesmo que a mídia oficial não seja um espelho das práticas professadas pelos corredores, salas de aula e gabinetes da instituição, tais notícias sinalizam os discursos que circulam, evidenciando intencionalidades e tendências.

Com tal perspectiva e para suprir a necessidade apontada, esse trabalho visa traçar um breve panorama das cotas raciais partindo do conceito de dispositivo, na perspectiva oferecida pelo filósofo Michel Foucault (2023) e potencializada na construção teórico-analítica oferecida por Sueli Carneiro (2023), o conceito se torna importante articulador, pois muito mais que um conceito operatório, a noção de dispositivo permitiu a articulação entre racialidade e cotas raciais, dimensões em que a discussão sobre as cotas emerge.

Entendendo esses conceitos e a seguir, partimos para uma contextualização do tema cotas raciais, abrangendo termos como raça, racismo e suas concepções. Na sequência traçaremos o caminho metodológico percorrido neste trabalho. Abordaremos ainda sobre o dispositivo de racialidade, constructo elaborado por Sueli Carneiro (2023), em seguida traremos o caso Ari contextualizando as cotas raciais e suas condições de visibilidade e enunciabilidade, por fim falaremos das cotas raciais na UFRJ analisando o discurso institucional nas notícias do site Conexão UFRJ.

RAÇA, RACISMO E O DISPOSITIVO DE RACIALIDADE: PONTOS IMPORTANTES EM DEBATE

O termo “Dispositivo de Racialidade” foi cunhado pela pesquisadora Sueli Carneiro em seu trabalho de doutorado e posteriormente no livro *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*, publicado no ano de 2023. Sueli Carneiro define como objetivo de seu estudo demonstrar a potencialidade do conceito de dispositivo na obra de Michel Foucault para entender a “dinâmica das relações raciais no Brasil”. Ela evidencia que o conceito de dispositivo em Foucault como uma potência para a “[...] compreensão da dinâmica das relações raciais no Brasil”. A autora, inspirada no filósofo, defende em seu trabalho que existe um “[...] dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira de tal modo que, pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades” (Carneiro, 2023. p. 13). A autora afirma que o dispositivo age evidenciando que: “[...] a superioridade do Eu hegemônico, branco, é conquistada pela contraposição com o Outro, negro” (Carneiro, 2023. p. 13). Ainda, segundo a autora, o dispositivo atua em conjunto com o biopoder⁶, pois ao ser “[...] combinado ao racismo, o biopoder promove a vida da raça considerada mais sadia e mais pura e promove a morte da raça considerada inferior” (Carneiro, 2023. p. 13).

Para tratar de dispositivo utilizaremos o entendimento de Foucault em “Microfísica do Poder”, coletânea de análises compiladas a partir de artigos, cursos, entrevistas e debates em temos o poder como elemento central. Nesta obra, em seu capítulo 16, “Sobre a história da sexualidade”, encontramos o subtópico: “Dispositivo”, nele está transcrita uma entrevista com o autor francês, na qual ele é indagado sobre o que seria o dispositivo, e para explicá-lo ele faz três demarcações: a primeira é que dispositivo é “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”,

⁶ Biopoder: para Foucault, quando o poder passa a incidir sobre grupos de pessoas temos a regulação dos corpos, ou o biopoder, opera ao “Fazer viver e deixar morrer”, no qual, o governante adquire o poder de definir medidas que promovam a vida coletiva, a manutenção da espécie.

ou seja, “[...] o dito e o não dito são os elementos do dispositivo” e “[...] o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (Foucault, 2023, p. 364). A segunda demarcação é que: “[...] entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes” (Foucault, 2023, p. 364). E a terceira: “[...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência” e Foucault afirma então que, “o dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 2023, p. 365). Finalizando, Foucault afirma que “O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam”, ou seja, ligado às “[...] estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles”. (Foucault, 2023, p. 367)

Retomando o conceito cunhado por Carneiro (2023) notamos que a autora chama à atenção de que há na sociedade brasileira, um tratamento desigual aos negros e vários levantamentos estatísticos e estudos acadêmicos demonstram isso cotidianamente em todo país, nas mais variadas áreas de estudo, mas que essas evidências empíricas são recusadas. Algumas áreas de conhecimento, inclusive, até reconhecem essas práticas discriminatórias de cunho racial, mas, apesar de reconhecerem “[...] impõem barreiras à adoção de medidas capazes de estancar o processo de exclusão social dos negros, sobretudo no que tange ao acesso, permanência e sucesso no sistema educacional do país” (Carneiro, 2023, p. 15) e que, desse modo, entre as que negam, as que admitem e as que aceitam relativamente que existe uma questão da racialidade, a autora defende que há um “cenário de disputas” “no plano teórico e no da ação política” sendo mais explícito na polarização que atravessa a implementação de políticas públicas que têm potencial para reverter condições de vida desfavoráveis para a população negra brasileira (Carneiro, 2023, p. 15).

Nosso entendimento de raça está ligado ao conceito não de raça biológica, mas de raça social, pois, segundo Carneiro (2023), os privilégios simbólicos e materiais,

produzidos para a supremacia branca são legitimados pelo racismo no papel de pseudociência, e esses mesmos privilégios determinam a permanência e a reprodução do racismo como instrumento de dominação, exploração e exclusão social apesar das evidências científicas invalidarem qualquer sustentação para o conceito de raça – no sentido de raça biológica. Etimologicamente, segundo Almeida (2019) raça está ligada à classificação ou categorização de plantas e animais, na biologia, e desde meados do século XVI, pessoas e que o termo não é estático, remete ao momento histórico ao qual se insere. O autor afirma também que “[...] por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão” e desse modo raça se faz um conceito relacional e histórico, ele revela também que “a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (Almeida, 2019, p. 18).

Diante disso tudo, Carneiro (2023) joga luz ao debate racial atual na nossa sociedade e a emergência das políticas de ação afirmativa com enfoque para as cotas raciais como promotoras de democratização racial do acesso à universidade. Para tal ela destaca o papel de “[...] diferentes intelectuais, especialistas ou não no tema das relações raciais” na manifestação pública, mesmo estes “[...] não tendo produção acadêmica específica sobre a questão, ou mesmo que não tenham produzido estudos e pesquisas específicas sobre as ações afirmativas e sua dimensão atualmente mais polêmica, as cotas” esses atores foram importantes nos debates e na implementação desta importante lei (Carneiro, 2023. p. 23). Por essa via, Almeida (2019) defende ainda que “raça” seria um: “[...] conceito cujo significado só pode ser recolhido em perspectiva relacional [...] o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos e antagonismos” (Almeida, 2019, p. 34).

Entendido o conceito de raça passamos ao racismo; Almeida (2019) afirma que: “[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”. O autor ressalta que nos debates sobre a questão racial pode-se encontrar várias definições de racismo, classificando racismo em três concepções: individualista, institucional e estrutural, por hora nos

interessa enfatizar aspectos do racismo institucional e assim, para o autor “[...] as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos”, ou seja, elas “[...] são racistas porque a sociedade é racista”. “Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (Almeida, 2019, p. 33).

Resgatando o já dito por Carneiro (2023) tantos anos após o marco das cotas raciais no Brasil, traremos para compor nossa argumentação, o famoso caso Ari da UnB, primeira universidade federal a aderir às cotas raciais, no embrião dessa política afirmativa, no início dos anos 2000, através da ação de movimentos negros, bastante invisibilizados vale destacar, e pela ação de universidades em reservar vagas para determinadas camadas sociais da população.

CAMINHOS DA PESQUISA

Nossa pesquisa se classifica como qualitativa, levando em consideração o teor social dela. Ao buscar identificar e analisar o discurso institucional utilizaremos a análise do discurso inspirada nos estudos de Michel Foucault sobre a temática. Escolhemos a análise do discurso por esta nos permitir entender e observar as relações de poder que estão intrínsecas à nossa temática, e por levar em consideração que o tema cotas raciais não é neutro e dessa forma se constitui de um tema político da sociedade brasileira.

Nossa busca visou identificar notícias que tratassem de cotas e ações afirmativas, no site oficial da UFRJ, a princípio, utilizando a palavra-chave “cotas raciais”, e em seguida foram acrescentadas as palavras-chave: “raça”, “comunidade negra”, “racismo” e “antirracismo”. No site, as notícias estavam listadas por títulos e ao detectar as palavras de interesse essas notícias eram abertas e printada a tela. Foram salvas as páginas com uma numeração crescente da mais antiga para as mais recentes juntamente ao título da notícia do próprio site. Selecionamos as notícias que tratavam da Política de Ações Afirmativas (PAA) bem como das cotas sociais e das

cotas raciais, às quais foram acrescentadas as notícias que tratassem dos temas relacionados à raça, comunidade negra, racismo e antirracismo. Esses arquivos foram salvos numa pasta e analisados posteriormente.

Segundo o próprio site Conexão UFRJ, “o objetivo da publicação é criar e manter o diálogo aberto entre todos os setores da Universidade, divulgando a produção acadêmica, as iniciativas para a comunidade externa e promovendo o debate de ideias e a reflexão crítica sobre temas de interesse da sociedade brasileira”. Por ser uma publicação aberta ao público em geral, detivemos nosso olhar do início das postagens até a data de coleta em abril de 2022, mas nossa análise, neste artigo, se limita a antes da promulgação da Lei de Cotas, ou seja, anteriores ao ano de 2012.

Os discursos expressos na página analisada nos interessam, pois, como dito anteriormente, visamos compreender como as cotas foram entendidas e problematizadas na UFRJ, porque acreditamos que tais discursos institucionais estejam presentes nas práticas de diversos setores da Universidade; inclusive na mídia oficial.

Por essa via, pensamos como Gregolin (2015) quando trata de discurso na perspectiva de Foucault, ao afirmar que o referido autor trata o discurso como uma série de acontecimentos, sendo acontecimento entendido como algo dito por alguém em um dado momento. A ideia principal é estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos discursivos mantêm com outros acontecimentos pertencentes ao mesmo campo ideológico ou científico, ou seja, seria uma busca, um empenho em compreender como se articulam os processos de subjetivação e as verdades no âmbito da produção discursiva de determinada época (Gregolin 2015, p. 6-7). Por essa via e inspiradas em Foucault, Siqueira *et al* nos dizem que:

O discurso está ligado ao poder, à medida que age como uma forma de disciplina, subjetivando para uma dada forma de pensar, de agir, de se posicionar. Múltiplos discursos – médicos, pedagógicos, científicos e políticos, entre outros – têm influência na construção da identidade dos sujeitos como homens, mulheres, cidadãos, estudantes, professores, futuros profissionais, etc.” (Siqueira *et al.*, 2011).

Com isso percebemos que discurso e prática, para Foucault, não são elementos estáticos, eles funcionam em interrelações dinâmicas; ao debater sobre a atividade discursiva, o autor invariavelmente cita o enunciado; e neste ponto fica claro que para

ele o enunciado não trata de uma unidade menor contida dentro do discurso, seu caráter é muito mais amplo e transversal e funcionaria em um atravessamento com a linguagem; referindo-se ao enunciado Foucault nos diz: “[...] ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam com conteúdos concretos no tempo e no espaço.” (Foucault, 2007, p. 98).

Para este artigo, apresentamos um recorte dessa análise focando em três notícias diretamente ligadas ao debate das cotas raciais na mesma época da implementação das cotas na UnB. Iniciaremos com o recorte histórico das cotas raciais através do caso Ari, estopim das cotas na UnB, e em seguida faremos nossa análise do discurso institucional da UFRJ por meio das notícias do site Conexão.

Investimos em perceber como o dispositivo da racialidade se materializa produzindo condições de visibilidade e enunciabilidade; a história, sob a perspectiva filosófica de Foucault, compreende não uma linearidade de fatos, mas é capaz de observar as discontinuidades, regularidades dos campos do que pode ser enunciável e visível, podem ser práticas discursivas e não discursivas, ditos e não ditos que tornam comportamentos, ideias, condutas, conceitos e saberes e possíveis em determinada época e conseqüentemente enunciáveis.

O CASO ARI: CONDIÇÕES DE VISIBILIDADE DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL

É interessante problematizar sobre o contexto das cotas raciais na UnB, uma década antes da implementação da lei de cotas e em como tal acontecimento poderia estar ligado ao famoso “Caso Ari”. Tal fato aconteceu no ano de 1998, com o aluno Arivaldo Lima Alves, matriculado no curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB, ele foi reprovado em uma disciplina obrigatória. Poderia ser um fato corriqueiro em um programa de pós-graduação, mas o fato chamou a atenção: em 20 anos de Programa, Ari seria o primeiro aluno reprovado. Outro ponto relevante desse caso: Alves (2001) nos conta que Ari foi o primeiro aluno negro do Programa de Antropologia Social. Após dois anos da reprovação do aluno, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão forçou o departamento a rever o caso e Ari foi aprovado. Esses fatos foram chave para que o

orientador de Ari, professor José Jorge de Carvalho juntamente com a professora Rita Segato elaborassem a proposta de cotas para negros e índios que foi aprovada na UnB em 2003, como nos conta Carvalho, (2005):

A apresentação de uma proposta de cotas para negros na UnB em 1999 foi uma resposta política que Rita Segato e eu demos a um caso de conflito racial ocorrido no Departamento de Antropologia da UnB, conhecido já nacionalmente como "Caso Ari", que diz respeito a Arivaldo Lima Alves, o primeiro aluno negro a entrar no nosso doutorado após 20 anos de existência do programa. (Carvalho, 2005, p. 3).

Carvalho (2005) relata que o aluno foi reprovado em uma matéria obrigatório no primeiro semestre do curso. O autor, que era orientador do aluno em questão, relata que essa reprovação aconteceu “em circunstâncias inaceitáveis” e que essa situação colocaria o doutorando na “iminência de perder imediatamente o curso de doutorado” (Carvalho, 2005, p. 3). Relata ainda que “Arivaldo Alves lutou mais de dois anos por uma revisão justa de sua nota”. Outro relato importante desse caso foi que a professora Rita Segato (coordenadora da pós-graduação) acabou sendo demitida por se posicionar a favor do aluno. Ao final de um processo longo e desgastante para todos os envolvidos, o Cepe da UnB “reconheceu a injustiça cometida e forçou o Departamento de Antropologia a mudar a sua nota e aprová-lo na disciplina, o que lhe permitiu permanecer no programa e terminar o doutorado” (Carvalho, 2005, p. 3). O próprio Arivaldo relata em um artigo de 2001 sua experiência e levanta algumas hipóteses sobre as motivações da instituição para ter uma postura contrária a suas reivindicações, ele cita que a UnB, instituição com quase 30 anos de existência à época, possuía um status de excelência, assim como o programa de pós ao qual ele fez parte. Ele relata que o programa “é um consistente resíduo conservador no Brasil. Resiste a discutir uma questão tabu na sociedade e na academia brasileira como a questão racial”. Inclusive, em 2001, quando o autor escreve seu artigo, não contava com nenhum professor negro no quadro docente. Ele afirma que:

Apesar de ser um dos seus raros alunos negros, numa universidade visivelmente branca, o corpo de docentes que controla as instâncias de poder e decisão do PPGAS vem tentando sufocar as tensões e os conflitos gerados pela minha presença negra através de um discurso universalista e meritocrático. Discurso este, contraditório uma vez que referenda o humanismo parcial que, no Brasil, favorece o segmento social branco (Alves, 2001, p. 285).

O discurso elitista e meritocrático das instituições de ensino superior fizeram com que um caso como esse ocorresse. A ausência de negros nas universidades passou despercebida por um longo tempo e ao ocorrer um caso de racismo por parte de um professor numa instituição como a UnB suscitou discussões e clamor por mudanças, principalmente pela entrada de mais negros nas universidades federais do país. Em revisão da literatura sobre cotas raciais observamos que esse discurso de negação às cotas não se restringia à UnB, o que já fora apontado por nós:

[...] as cotas raciais possuíam grandes taxas de rejeição, desde antes de sua implementação e até hoje, quase duas décadas, em algumas universidades. Os debates nesse sentido estão entrelaçados ao debate racial na sociedade brasileira, que se pautam na ideia de que, não existe racismo, consequentemente não existem motivos para as cotas raciais (Santana e Silva, p.9, 2023).

AS COTAS RACIAIS NA UFRJ: CONDIÇÕES DE VISIBILIDADE E ENUNCIABILIDADE

Inspiradas no trabalho de Ramari e Navarro (2022), acreditamos que a abordagem com a perspectiva de Foucault oferece um caminho para compreensão das cotas raciais nas Instituições de Ensino Superior Federais brasileiras. Nosso foco será entender como o discurso institucional aparece neste importante meio de comunicação da instituição com toda a comunidade acadêmica.

Como abordado anteriormente, as cotas raciais não tiveram a mesma aceitação que as cotas sociais nas IFs brasileiras. Com a UFRJ não foi diferente. O próprio reitor da época se declarou publicamente contrário à reserva de vagas para negros na UFRJ. Posteriormente o Conselho de Ensino de Graduação também se posicionou contrário à reserva de vagas. Todas essas informações são divulgadas no site conexão UFRJ. Nesse sentido traremos, das 119 (cento e dezenove) notícias encontradas na busca, em que escolhemos 3 (três) notícias para análise, a escolha dessas matérias se deu por se tratar de matérias onde se identificou a realização de debates e/ou discussões institucionais pela adesão às cotas antes mesmo de essas serem obrigatórias por lei. Duas delas, a primeira e a segunda notícia datadas de 2002, foram selecionadas para compor este recorte por serem as primeiras vezes que o tema ganhou destaque na mídia institucional. A terceira notícia que trazemos aqui data de 2010, ela foi selecionada por ser um novo momento nos debates sobre cotas, ele acontece sob a

administração de um reitor diferente das duas primeiras, que apresenta um discurso menos resistente às cotas raciais. A primeira notícia, sob o enunciado “Cotização para negros em universidades gera debate” (figura 1), foi publicada em setembro de 2002.

Figura 1 – Recorte da notícia de 2002.



Fonte: Site Conexão UFRJ (<https://conexao.ufrj.br/2002/09/cotizacao-para-negros-em-universidades-gera-debate/>).

O título da notícia chama a atenção por ressaltar que a temática carrega o debate junto de si. Além disso, o autor da matéria chama a questão de “controversa”, o que imprime diferentes pontos de vista sobre as cotas, favoráveis e contrários à medida. Chama atenção também o corpo da notícia transcrito a seguir:

O Auditório Evaristo de Moraes Filho, no IFCS, sediou uma mesa redonda, anteontem à tarde, dia 16 de setembro, onde foi debatida a questão do estabelecimento de cotas para o ingresso de negros nas universidades públicas. O encontro era polêmico, visto que o próprio reitor da UFRJ é contrário a esta posição. A mesa foi composta por: Carlos Lessa, reitor da UFRJ; Thomas Skidmore, renomado brasileiro da Universidade de Brown; Cesar Benjamim, da Editora Contraponto; e a professora Yvonne Maggie da UFRJ.

O autor caracteriza o evento como sendo polêmico e revela a posição contrária à medida de reserva de vagas para negros na universidade. É importante destacar que o Reitor Carlos Lessa deixou claro seu posicionamento contra as cotas em diversos momentos, inclusive foi um dos coautores do livro “Divisões Perigosas: Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo” (Fry et al., 2007), em que constam uma reunião de artigos assinados por historiadores, antropólogos, geneticistas e educadores contrários às cotas que no momento eram representadas por dois projetos de lei em tramitação no congresso (PL 73/99) que visava a adoção de cotas para negros nas IFs; os artigos debatiam e argumentavam contra as cotas sob o principal argumento de que as cotas raciais iriam inaugurar legalmente o racismo no Brasil (Arruda, 2007).

Esse posicionamento do reitor foi percebido também na segunda notícia apresentada aqui, ela foi publicada dois meses após a primeira, para divulgar um evento que ocorreu em novembro de 2002, sob o título: “Religrafo – IV Congresso sobre a contribuição afrodescendente no patrimônio histórico e cultural brasileiro”.

Figura 2 – Recorte da segunda notícia de 2002.



Fonte: Site conexão UFRJ (<https://conexao.ufrj.br/2002/11/religrafo-comeca-pregando-a-igualdade/>).

Neste evento o então reitor proferiu a conferência: “A Presença Africana na Formação da Civilização Brasileira”. Na matéria temos o seguinte destaque:

Durante a conferência, Lessa falou sobre a diversidade cultural dos povos africanos que constituíram a população negra do Brasil, bem como os aspectos históricos que levaram à miscigenação de raças de nosso país. “A primeira e grande contribuição à civilização brasileira, do africano, foi o abraqueiramento do idioma lusitano”, frisou Lessa. Quanto à questão de cotas, Lessa finalizou sua conferência dizendo: “Aceitar o veneno do conceito de raça, disseminando-o por toda a textura da vida social como um corte para diferenciá-la e hierarquizá-la. Introduzir um biombo para ocultar a distância social. Qual o valor de cotas para competir, mantida a iniquidade social? Trata-se de um veneno e uma maldição”.

O discurso vigente nos mostra que a questão das cotas para negros era polêmica e desde o início esse assunto causou controvérsia. Nesse sentido, vemos o dispositivo de racialidade operando, pois quando a simples ideia de alunos negros terem acesso ao ensino superior causa contrariedade, em nenhum momento as cotas sociais foram tratadas da mesma forma. Esse discurso do reitor chama atenção por ele ser um notório pesquisador das africanidades, principalmente sobre temas ligados à religião. O discurso defendido por ele, e por outros pesquisadores e professores da época, era o da democracia racial brasileira.

Em Santana e Silva (2022) e Santana e Silva (2023) observamos em várias pesquisas o destaque sobre as motivações para as universidades serem favoráveis ou contrários às cotas raciais, entre outras a ideia da democracia racial foi amplamente

citada e dá conta de defender que no nosso país não tínhamos uma divisão de raças, que negros e brancos viviam em harmonia, e assim, implementar a reserva de vagas para negros causaria a instauração de uma segregação, ou seja, o discurso defendia que as cotas causariam uma racialização da sociedade brasileira, neste sentido, os discursos produzidos pelo dispositivo de racialidade visibilizam tão bem aspectos inerentes ao mito da democracia racial, que não permitem que os defensores percebessem que nas salas de aula dos mais diversos cursos não haviam alunos negros, muito menos, nas mesas de discussões dos conselhos universitários, professores e pesquisadores negros. Ora, se o país é uma democracia racial onde negros e brancos têm as mesmas oportunidades, mas porque, apesar de serem maioria na população, os negros não acessam esses espaços?

Esse posicionamento do reitor Lessa foi evidenciado pela professora e pesquisadora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Yvonne Maggie (emérita desde 2017) e do professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Peter Fry, ambos da UFRJ, demonstrando a tensão das discussões sobre esse assunto no início dos anos 2000, com forte corrente na UFRJ favorável a adoção apenas das cotas sociais:

O novo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Lessa, não acredita na eficácia de cotas raciais e prefere investir na permanência de alunos pobres na universidade criando programas de bolsas para os estudantes mais pobres. De novo uma política racialmente não neutra, mas também não racializadora (Maggie e Fry 2002, p. 116).

Nesse sentido percebemos através do discurso do reitor, e que se faz presente no discurso oficial da instituição, é a aparente preocupação com a diversidade, principalmente a religiosa e cultural, enquanto as cotas raciais serviriam como uma segregação da população brasileira em raças. E que essa reserva de vagas não seria capaz de resolver os problemas que, para ele, seriam somente sociais e não raciais. Como comentado antes, essa visão está intimamente ligada ao conceito de democracia racial que tivemos no Brasil durante muito tempo, e até hoje ainda é encontrada. Uma ideia de que por sermos um país multicultural, diverso em suas origens (indígenas nativos, brancos europeus, e população africana escravizada) e miscigenado, não teríamos racismos de nenhum tipo. O que aparece na fala do reitor,

e nas falas dos autores do livro já citado, é que nosso país seria um local onde todos viviam sem preconceitos, onde a cor da pele não influenciaria na vida das pessoas. E que a implementação das cotas raciais criaria uma cisão entre brancos e pretos. Nesse ponto, o caso Ari é muito eficiente em nos fazer notar que não era bem assim, o simples fato dele ser o primeiro aluno negro da história do curso ao qual frequentava mostra o quanto essa sociedade já estava dividida em raças, mas não raça biológica, e sim, raça social, que de acordo com Munanga (2003) é um conceito ideológico que esconde uma relação de poder, de dominância, e que as diferenças fenotípicas e culturais representam um tipo de “raça social”, pois a partir dela que se reproduzem e mantêm os racismos populares (Munanga, 2003; Santana e Silva, 2022). Assim, podemos dizer que causa estranheza e desconforto a um corpo negro em um espaço institucional em que estaria normalmente reservado aos brancos presentes. Como poderia tal pessoa ser um futuro pesquisador, professor, intelectual? Mesmo que tais discursos não estejam presentes nas falas ou nas notícias analisadas, tais inquietações são reverberadas pelas notícias analisadas, pois nos silenciamentos também se constroem discursos de exclusão.

Esses debates sobre as cotas raciais e os discursos envolvidos nessas discussões vão sendo endossados e outros vão surgindo e, em 2010, já sob a administração de um reitor novo, o reitor Aloísio Teixeira, que assumiu o lugar do antecessor Lessa em 2003, após anos de debates dentro e fora da UFRJ, se mostra ainda na preferência pelas cotas sociais em detrimento das raciais, porém seu discurso se mostra menos incisivo em se afirmar contra cotas raciais.

Figura 3 – Recorte da notícia de 2010.



Fonte: Site conexão UFRJ (<https://conexao.ufrj.br/2010/05/ufrj-tera-decisao-democratica-e-representativa-sobre-cotas/>).

O enunciado nos mostra a instituição aparentemente preocupada com a democratização das decisões de forma representativa, mas que contrapõe cotas sociais e raciais: “[...] discutirá estabelecimento de cotas, raciais OU sociais”. No corpo da notícia temos:

Em entrevista a repórteres dos jornais O Globo e Estado de São Paulo, o professor Aloisio Teixeira informou que o Conselho Universitário discutirá a democratização do sistema de acesso à universidade, na sessão do dia 27 de maio, visando a estabelecer calendário de discussões acerca do estabelecimento de cotas, raciais ou sociais, no concurso de seleção. O objetivo é que o confronto de ideias permita que a decisão tomada pela universidade seja democrática e representativa.

O discurso do reitor defende uma decisão “democrática e representativa”, mas o que sabemos é que a decisão seria tomada pelo Conselho de Graduação (CEG) (que em 2004 rejeitou qualquer tipo de reserva de vagas), órgão formado majoritariamente por professores. Falar em democracia e representatividade numa universidade formada, em grande parte, por uma elite branca (homens, brancos, de classe média alta) é usar do discurso da democracia para justificar a adoção das cotas sociais apenas. o próprio reitor declara sua preferência pelas cotas sociais e ainda afirma não confiar que as cotas possam democratizar o acesso:

O reitor confessou preferir políticas afirmativas que beneficiem estudantes egressos da rede pública de ensino e destacou que as universidades não devem se digladiar umas contra as outras pelos melhores estudantes, mas aceitar os jovens tais como eles são e lhes oferecer ensino de excelência.

Destacamos aqui a fala do reitor: “as universidades não devem se digladiar umas contra as outras pelos melhores estudantes”. O que define os melhores estudantes? Nesse contexto o melhor estudante é aquele que obtêm as melhores notas no vestibular.

Nessa fala vemos novamente o discurso meritocrático que prevaleceu durante muito tempo e até hoje ainda se faz presente. A ideia de que é pelo esforço pessoal que se alcançam objetivos. Ao fim da fala o reitor utiliza uma expressão muito corriqueira na UFRJ: a excelência. Mas, o que define uma instituição de excelência? Os alunos que dão conta de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, gastando horas em transportes públicos, se alimentando mal e muitas vezes passando por situações

degradantes não deveriam ser considerados alunos excelentes? E mais uma ponderação, alunos negros não seriam capazes de demonstrar excelência apenas por serem negros?

Nesse entendimento vale destacar o que Sueli Carneiro (2023) defende: a cor como conceito racialmente definido, entendendo que “[...] só pode ser critério explicativo das diferenças sociais existentes entre negros e brancos na medida da existência de uma concepção racial preexistente da qual a cor é tributária, e na medida em que foi possível, a partir dela, estabelecer as diferenciações de raça”. E nesse sentido ela nos traz o conceito de racismo de Guimarães (1999, p 9- 10), em que há: “uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais”. A autora toma por pressuposto que raça seja “[...] um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial”. Ela acredita que os pensadores de esquerda, segundo ela “herdeiros do materialismo histórico-dialético”, possuem uma “noção de apartheid social” e defendem uma “supremacia do conceito de classe social” que não alcançam a “contradição racial presente nas sociedades multirraciais”, pelo contrário, segundo ela as inviabilizam ou as mascaram. Isso se dá, pois nessas sociedades multirraciais, especialmente no Brasil, raça/cor/etnia “são variáveis que impactam a própria estrutura de classes”. Além disso, ela destaca que a pobreza a que os negros estão condenados no Brasil é uma “estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados – negros ou afrodescendentes e povos indígenas” (Carneiro, 2023, p. 20-21).

Carneiro (2023) entende as relações raciais no Brasil, sob a perspectiva foucaultiana, “[...] como um domínio que produz e articula poderes, saberes e modos de subjetivação” inspirada pelo que Foucault afirma para o caso da sexualidade. Assim, “[...] se a racialidade se coloca como um domínio a conhecer é porque relações de poder a “[...] instituíram como objeto possível; em troca, se o poder pode tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos” (Carneiro, 2023, p. 22).

A racialidade seria então, para ela, de forma preliminar, “[...] uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana” (CARNEIRO, 2023, p. 22). E afirma que diante disso, ser branco e ser negro são considerados como polaridades que remetem a “[...] valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidades” (Carneiro, 2023, p. 22).

O trecho a seguir, transcrito da notícia de 2010, mostra um discurso pessimista do reitor quanto a adoção de cotas em geral:

Teixeira, no entanto, mostrou-se cético quanto ao caráter socialmente transformador que a adoção de cotas pela UFRJ poderia ter. “Acho que, no caso brasileiro, as cotas não democratizarão, significativamente, o acesso. Apenas 2% dos nossos jovens, entre 18 e 24 anos, têm acesso à universidade pública. Isso (política de cotas) não mudará a realidade”, pondera o reitor.

Aqui parece um discurso contraditório, ora, se ele não acredita nas cotas como mecanismo de democratização do acesso, por que ele as tem defendido desde quando assumiu a reitoria? E se as cotas não servem para democratizar o acesso, para que elas serviriam? Este discurso também foi muito presente à época: as cotas não serão suficientes para resolver as questões sociais do Brasil. Ou, é preciso melhorar o ensino básico e não colocar alunos despreparados nas universidades. Pensar nos cotistas como menos capazes demonstra um discurso de que o pobre/negro é inferior. Esquecendo-se de que os cotistas também passam pelas provas e precisam ter um mínimo de conhecimento para serem aprovados. Em Santana e Silva (2022) encontramos muitos desses discursos em várias outras universidades, a saber: meritocracia, democracia racial, discriminação positiva⁷, divisão do país em pretos e brancos. Possivelmente a difusão desses discursos seja o que tardou em quase 15 anos a adoção das cotas raciais na UFRJ. Os discursos sobre as cotas raciais continuam em movimento e em notícias datadas mesmo depois de 2014, evidenciando questões que abordaremos em estudos subsequentes.

⁷ O conceito de discriminação positiva permite discutir as políticas públicas que, baseadas em uma igualdade formal ante a lei, têm contribuído para fortalecer as desigualdades reais entre grupos sociais. Na atualidade, é retomado nas conceitualizações das teorias da justiça em regimes democráticos (GLUZ, 2010. p. 1).

REFLEXÕES FINAIS

o Ari ofereceu, portanto, visibilidade e evidenciou, na esfera acadêmica, a bolha de negação do racismo brasileiro e a falta de diversidade étnica e cultural, racial e social das universidades públicas. Acreditamos que o mito da democracia racial brasileira foi um dos principais entraves para a adoção das cotas raciais. A defesa de que não havia racismo no nosso plural Brasil era o argumento principal para a não necessidade das cotas raciais, nas marcas da produção discursiva do dispositivo da racialidade.

Existia uma forte defesa de que a discriminação era apenas a nível de classe e não de raça e que as cotas iriam dividir nosso país em raças (biológicas). Negar o racismo era um equívoco que até hoje precisamos combater. É interessante perceber como os discursos vão mudando ao longo do tempo e após a lei de cotas os discursos contrários vão desaparecendo e novos discursos surgem, como por exemplo: quem tem direito às cotas? Fomentando discussões que estão cada vez mais em evidência a partir das inúmeras denúncias de fraudes e da consolidação dos comitês de heteroidentificação nas universidades brasileiras, e hoje, 20 anos depois ainda se faz necessária à reafirmação dos discursos pró-cotas raciais, a luta continua.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVES, A. L. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? **Afro-Ásia**, Salvador, BA, n. 25-26, p. 281-312, 2001.

ARRUDA, R. **Intelectuais fazem livro contra política de cotas**. In: SECOM - Secretaria de Comunicação da UFG. Minas Gerais, 2007. Disponível em <<https://secom.ufg.br/n/10824-intelectuais-fazem-livro-contrapolitica-de-cotas>> acesso em 25 de jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2014:** características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 73, de 1999.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1999.

CARVALHO, J. J de. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, a. 11, n. 23, p. 237-246. 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade:** A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 15. ed. Rio de Janeiro /São Paulo: Paz & Terra, 2023.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GLUZ, N. Discriminação positiva. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

GREGOLIN, M do R. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **Revista Moara.** 43. ed. Bélem, PA, 2015.

GUIMARÃES, A. S. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, Identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação- PENESB-RJ, 2003.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. In: **Enfoques** – Revista Eletrônica. Rio de Janeiro, v. 1, n. 01. 2002.

FRY, P; MAGGIE, Y; MAIO, M. C; MONTEIRO, S; SANTOS, R. V. **Divisões Perigosas:** Políticas Raciais no Brasil Contemporâneo. Editora Civilização Brasileira: 2007.

RAMARI, T. H; NAVARRO, P. Discurso e HIV/Aids: uma análise de manchetes das revistas brasileiras Veja e Galileu sob a perspectiva arqueogenealógica de Michel Foucault. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, RN, v. 11, p. 1-18, 2022.

SANTANA, A. M; SILVA, A. da C. Implementação das cotas nas universidades brasileiras: raça versus classe. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIAS, DA SAÚDE E DO AMBIENTE, VII, 2022, São Gonçalo. **Anais [...]** Rio de Janeiro: FFP-UERJ, v. 7. 2022. p. 540-550.

SANTANA, A. M; SILVA, A. da C. 10 anos da Lei de cotas: o que dizem os artigos sobre o tema? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS- ENPEC. XIV, 2023, Caldas Novas. **Anais [...]** Goiás: UEG, 2023. Disponível em <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/92763>> Acesso em 13 ago. 2024.

SIQUEIRA, V. H. F de; FONSECA, M. C. G da; ARRIGONI, A; AZEVEDO, I. F de. Cotas na universidade pública: Construção de identidades de estudantes da área das Ciências da Saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – ENPEC. VIII, 2011, Campinas. **Anais [...]** São Paulo: UNICAMP, 2011.

HISTÓRICO

Submetido: 10 de Set. de 2024.

Aprovado: 18 de Dez. de 2025.

Publicado: 28 de Dez. de 2025.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT: SANTANA, Aline Mendonça; SILVA, Andréa Costa da; SÁ, Márcia Bastos de. O dispositivo de racialidade e as cotas raciais: uma análise do discurso institucional da UFRJ. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 29, n.61, 2025, eISSN:2526-8449.